



CONGRESSO NACIONAL
EMENDA ADITIVA

EMENDA Nº - CMMPV 1212/2024
(à MPV 1212/2024)

Dê-se nova redação ao art. 9º da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 9º**

I – manter sob o controle da União a operação de usinas nucleares, devendo também assumir a operação e manutenção de empreendimentos existentes no Sistema Interligado Nacional mediante a delegação de competência, inclusive participar do planejamento e expansão do setor elétrico nacional.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo garantir a integridade do Sistema Elétrico Interligado Nacional, visto que pós o advento da Lei 14.182/2021, que teve como consequência o Plano de Demissão Voluntária (PDV), este evento afetou diretamente o quantitativo operacional da companhia Eletrobras e suas empresas, bem como reduziu o quantitativo dos profissionais qualificados da companhia o que acaba por colocar em risco o funcionamento do sistema elétrico brasileiro.

Em decorrência do Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre a Eletrobras, suas empresas subsidiárias e as respectivas entidades sindicais, estabeleceu-se a possibilidade de haver plano de desligamento voluntário incentivado, que deveria observar condições superiores ao anteriormente ofertado. Quanto a este ponto, não pretende-se aqui discutir as condições do PDV, muito porque já há judicialização neste sentido em outras instâncias.

Exaltamos os impactos que causados pelo desligamento voluntário em massa de empregados **do setor operacional da companhia, sem qualquer**



sinalização de novas contratações, sem qualquer preocupação em demonstrar os impactos que foram gerados à coletividade brasileira pela lacuna de mão de obra para manutenção do sistema elétrico brasileiro. Tampouco a Eletrobras apresentou alternativas para ao menos minimizar os impactos na manutenção do sistema elétrico nacional.

A sinalização é no sentido de que a Eletrobras e suas subsidiárias, até abril de 2023, demitiram cerca de 2500 trabalhadores, sendo que só em uma empresa, a Eletronorte o número de desligamentos atingiu cerca de 623 trabalhadores, e na sequência, conforme consta no último ACT-2022/2024 , estão previstas novas demissões de empregados em quantitativo correspondente a 20% do quadro de pessoal remanescente na Companhia, independentemente da idade, tempo de serviço, função e área de atuação, atingindo um total de mais de 4.100 profissionais.

Com medida tão temerária materializada, haverá uma redução de pessoal nunca vista em uma concessionária de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica do mundo. Essa drástica redução do quadro de mão de obra qualificada da companhia, feita sem adequado planejamento da força de trabalho, sem visão de médio e longo prazos, e sem levar em consideração as áreas e funções críticas e o criterioso trabalho de repasse continuidade do conhecimento , trará sérias consequências para a manutenção do serviço público de fornecimento de energia elétrica, podendo acarretar desligamentos de energia elétrica no país, de grandes proporções.

Ademais, é certo haver **prejuízo no serviço de manutenção da rede elétrica nacional**, com as graves consequências que isso implica, na medida em que, de acordo com sinalização interna da Companhia, não há a possibilidade de contratação de novos empregados em 2023 (sejam próprios ou terceiros), havendo ainda apontamento no sentido de considerar redução do quadro de pessoal a partir de maio de 2023, no percentual de 20% do quadro apurado em abril de 2023.

Dessa forma, a presente emenda tem por escopo impor à União e à Eletrobras obrigação de fazer consistente na realização de medidas que contemplem o impacto que os desligamentos terão sobre o pleno funcionamento



do setor elétrico brasileiro, sem afetar a segurança do sistema e a continuidade da prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica.

Requerer ao MME que adote procedimento semelhante ao adotado na PORTARIA Nº 730/GM/MME, DE 15 DE MAIO DE 2023, a proposição de administração dos ativos da Eletrobras mediante a celebração de convênios de cooperação técnica entre ENB Par e Eletrobras possibilitando que a empresa assuma a gestão dos ativos das empresas Eletrobras nos estados possibilitando a continuidade dos processos de operação e manutenção das subestações e usinas e garantido o fornecimento de energia elétrica firme e constante dentro dos padrões estabelecidos pelos órgãos de fiscalização e controle, bem como subsidie o planejamento e expansão do Sistema Elétrico Interligado.

Sala da comissão, 15 de abril de 2024.

Deputado Túlio Gadêlha
(REDE - PE)

